

**Acordo entre
Autoridades Nacionais
de Segurança de
Portugal e do Reino da
Espanha relativo à
cooperação na área de
supervisão**

**Acuerdo entre las
Autoridades Nacionales
de Seguridad de Portugal
y del Reino de España
referente a la
cooperación en materia
de supervisión**

**Instituto da Mobilidade e dos
Transportes (IMT)**

Av. Elias Garcia, 103
1050-098 LISBOA
imt@imt-ip.pt
<http://www.imt-ip.pt>

**Agencia Estatal de Seguridad
Ferroviaria (AESF)**

Plaza de los Sagrados Corazones, nº 7
28036 Madrid
Tel.: +34 91 597 93 22
<http://www.seguridadferroviaria.es/AESF/>

Acordo entre Autoridades Nacionais de Segurança de Portugal e do Reino da Espanha relativo à cooperação na área de supervisão Em 26 de maio 2021, Reunidos: - D. Sergio Vázquez Torrón, Presidente da Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria (AESF), que atua no âmbito das competências atribuídas pelo Decreto Real 1072/2014, de 19 de Dezembro, através da qual é criada a Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria e é aprovado o seu Estatuto. - Dr. Eduardo Feio, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes - IMT, I.P., representando a Autoridade Nacional de Segurança Ferroviária de Portugal de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 270/2003 republicado pelo Decreto-Lei nº 151/2014, de 14 de Junho. Acordam: I. Introdução Este acordo é celebrado entre o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT) por parte de Portugal e a Agência Estatal de Segurança Ferroviária (AESF) por parte do Reino da Espanha, atuando como Autoridade Nacional de Segurança Ferroviária (ANSF) na aceção da Diretiva (UE) 2016/798, de 11 de maio, sobre a segurança ferroviária. O presente acordo estabelece as	Acuerdo entre las Autoridades Nacionales de Seguridad de Portugal y del Reino de España referente a la cooperación en materia de supervisión En 26 de mayo de 2021, Reunidos: - D. Sergio Vázquez Torrón, Presidente de la Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria (AESF), que actúa en virtud de las competencias asignadas por el Real Decreto 1072/2014, de 19 de diciembre, por el que se crea la Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria y se aprueba su Estatuto. - Dr. Eduardo Feio, Presidente del Consejo Directivo del Instituto da Mobilidade e dos Transportes - IMT, I.P., representando a la Autoridad Nacional de Seguridad Ferroviaria de Portugal de acuerdo con lo establecido en el Decreto-Lei nº 270/2003 republicado pelo Decreto-Lei nº 151/2014, de 14 de Junio. Acuerdan: I. Introducción El presente acuerdo se celebra entre el Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P (IMT) por parte de Portugal, y la Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria (AESF) por parte del Reino de España, que intervienen como Autoridades Nacionales de Seguridad (ANS) en el sentido que se recoge en la Directiva (UE) 2016/798 de 11 de mayo sobre la seguridad ferroviaria. El presente acuerdo define las
---	--

condições práticas para a aplicação do do artigo 8.º, n.º 2, do Regulamento (UE) nº 2018/761 que estabelece métodos comuns de segurança para a atividade de supervisão pelas autoridades nacionais de segurança subsequente à emissão do certificado de segurança único ou de uma autorização de segurança, em conformidade com a Diretiva (UE) 2016/798 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1077/2012 da Comissão. Concorda-se que este acordo não pode derogar o princípio do respeito pela competência territorial delegada a cada ANSF, nem restringir de forma alguma os poderes materiais que lhes são devolvidos. Este acordo diz exclusivamente respeito à cooperação dos signatários no domínio da supervisão das empresas ferroviárias (EF) cuja área de atividade se situa em Espanha e Portugal. Estas EF são a seguir designadas por "EF comuns". Cada ANSF signatária reserva-se o direito de adaptar sua cooperação com a outra ANSF signatária. II. Base legal Este acordo enquadra-se no âmbito das seguintes disposições regulamentares da União Europeia: Regulamento Delegado (UE) 2018/762 da Comissão, de 8 de março de 2018, que estabelece métodos comuns de segurança em matéria de requisitos do sistema de gestão da segurança, em conformidade com a Diretiva (UE) 2016/798 do Parlamento Europeu e do Conselho e que	condiciones prácticas de aplicación del artículo 8 apartado 2 del Reglamento (UE) 2018/761 por el que se establecen métodos comunes de seguridad para la supervisión por las autoridades nacionales de seguridad tras la expedición de un certificado de seguridad único o una autorización de seguridad con arreglo a la Directiva (UE) 2016/798 del Parlamento Europeo y del Consejo y por el que se deroga el Reglamento (UE) nº 1077/2012 de la Comisión. Queda acordado que el presente acuerdo no podrá quebrantar el principio de respeto de la competencia territorial que le incumbe a cada ANS, ni restringir de ninguna manera las competencias materiales que les competen. El presente acuerdo se refiere exclusivamente a la cooperación de las ANS firmantes en materia de supervisión de las empresas ferroviarias (EF) cuya área de explotación se sitúa en España y Portugal. Dichas empresas ferroviarias se denominarán en adelante «EF comunes». Cada ANS firmante se reserva el derecho de adaptar su cooperación con la otra ANS firmante. II. Base legal El presente acuerdo se inscribe en el marco de las disposiciones reglamentarias siguientes adoptadas por la Unión Europea: Reglamento Delegado (UE) 2018/762 de la Comisión de 8 de marzo de 2018 por el que se establecen métodos comunes de seguridad sobre los requisitos del sistema de gestión de la seguridad de conformidad con la Directiva (UE) 2016/798 del Parlamento Europeo y del Consejo, y por el
---	--

revoga os Regulamentos (UE) n.º 1158/2010 e (UE) n.º 1169/2010 da Comissão; Regulamento Delegado (UE) 2018/761 da Comissão, de 16 de fevereiro de 2018, que estabelece métodos comuns de segurança para a atividade de supervisão pelas autoridades nacionais de segurança subsequente à emissão do certificado de segurança único ou de uma autorização de segurança, em conformidade com a Diretiva (UE) 2016/798 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1077/2012 da Comissão.	que se derogan los Reglamentos (UE) nº 1158/2010 y (UE) nº 1169/2010 de la Comisión. Reglamento Delegado (UE) 2018/761 de la Comisión, de 16 de febrero de 2018 por el que se establecen métodos comunes de seguridad para la supervisión por las autoridades nacionales de seguridad tras la expedición de un certificado de seguridad único o una autorización de seguridad con arreglo a la Directiva (UE) 2016/798 del Parlamento Europeo y del Consejo y por el que se deroga el Reglamento (UE) nº 1077/2012 de la Comisión.
III. Confidencialidade Sujeito a regulamentos internacionais, europeus e nacionais sobre o direito de acesso a documentos administrativos, as partes comprometem-se a garantir a confidencialidade de todos os documentos e informações trocados entre eles. A obrigação de confidencialidade aplica-se em particular aos relatórios anuais de segurança das empresas ferroviárias, aos programas e relatórios de supervisão das ANSF, à informação comunicada livremente pelas pessoas durante o curso das atividades de supervisão, bem como às ocorrências relativas à segurança ferroviária registadas e tratadas entre a ANSF. As informações são tratadas em conformidade com os regulamentos europeus e nacionais aplicáveis à proteção de dados sensíveis particularmente no que diz respeito ao processamento de dados pessoais. Se uma das partes signatárias deste	III. Confidencialidad Respetando las normas internacional, europea y nacional en materia de derecho de acceso a los documentos administrativos, las partes se comprometen a garantizar la confidencialidad de todos los documentos e informaciones que se intercambien. La obligación de confidencialidad se aplica especialmente a los informes anuales de seguridad de las empresas ferroviarias, a los programas y los informes de supervisión de las ANS, las informaciones comunicadas libremente por las personas durante las actividades de supervisión, así como a los sucesos relacionados con la seguridad recabados entre las ANS. Las informaciones se tratan respetando la normativa europea y nacional aplicable en la materia sobre la protección de las personas físicas acerca del tratamiento de datos de carácter personal. Si una de las partes firmantes del

acordo receber uma solicitação de acesso a documentos ou informações a ela comunicadas por outra ANSF (seja ou não parte deste acordo), a parte solicitante será direcionada à ANSF que esteja na origem do documento ou informação.

Esta obrigação de confidencialidade permanece após o término do presente acordo.

IV. Âmbito de aplicação

As partes signatárias comprometem-se a colaborar para a implementação de abordagens comuns de supervisão ferroviária no sentido de assegurar que:

- O sistema de gestão da segurança aplicado pelas EF comuns, em Espanha e Portugal, abrangem todas as atividades relevantes para assegurarem a gestão e controlo dos riscos inerentes à exploração ferroviária;
- As normas nacionais de segurança em vigor em Espanha e Portugal.

A supervisão dos sistemas de gestão da segurança das EF será realizada de acordo com o estabelecido no artigo 17.º da Diretiva (UE) 2016/798. Para a implementação da coordenação, as ANSF signatárias acordam trabalhar nas seguintes áreas:

1. Definição de todas as informações relevantes a serem trocadas, bem como o cronograma temporal de troca;
2. Estabelecimento de uma tabela de correspondência sobre a terminologia comum a ser usada;
3. Qualificação dos resultados e a harmonização das medidas a

presente acuerdo recibe una solicitud de acceso a documentos o informaciones que le han sido comunicados por otra ANS (firmante o no del presente acuerdo), la parte solicitante se dirigirá a la ANS titular que se encuentre en el origen del documento o de la información.

La obligación de confidencialidad seguirá vigente tras la extinción del presente acuerdo

IV. Campo de aplicación

Las partes firmantes se comprometen a colaborar para la implementación de enfoques comunes en materia de supervisión con vistas a asegurarse de que:

- el sistema de gestión de la seguridad aplicado por las EF comunes, en España y Portugal, cubre todas las actividades pertinentes que permitan garantizar la gestión y el control de los riesgos en materia de seguridad;
- las EF comunes respetan las reglas nacionales de seguridad vigentes en España y Portugal.

La supervisión del sistema de gestión de la seguridad de las EF se realizará siguiendo lo establecido en el artículo 17 de la Directiva (UE) 2016/798. Para la implementación de la coordinación, las ANS firmantes acuerdan trabajar sobre los temas que figuran a continuación:

1. la definición de todas las informaciones pertinentes que deben intercambiarse, así como el calendario de intercambio;
2. el establecimiento de una tabla de correspondencia de la terminología utilizada;
3. la calificación de las constataciones y la armonización

serem tomadas em casos de não-conformidade; 4. Partilha das estratégias e planos de monitorização de cada ANSF; 5. Definição de princípios comuns e procedimentos comuns a respeitar; 6. Partilha de códigos de boas práticas.	de las medidas que deban tomarse en caso de no conformidad; 4. la puesta en común de las estrategias y los planes de vigilancia de cada ANS; 5. la definición de los principios comunes y de los procesos comunes que deben respetarse; 6. la puesta en común de las buenas prácticas.
V. Organização dos trabalhos Será formado um grupo de trabalho técnico único constituído por um ou mais membros de cada ANSF, que ficará encarregue de trocar e / ou trabalhar nas modalidades de aplicação dos temas elencados no ponto anterior. Cada ANSF tem liberdade para fazer que participe qualquer pessoa que considerar necessária, considerando os seus desejos e os temas a tratar. Cada ANSF presidirá (no que respeita à organização e bem vinda), à vez, as reuniões do grupo de trabalho que serão programadas de mútuo acordo, cujo resultado será gerido da seguinte forma: • As decisões e documentos resultantes deste grupo de trabalho deverão ser validados de acordo com as modalidades previstas no capítulo VI. • As decisões e documentos validados serão integrados num único documento sumário que constituirá o documento de referência comum das ANSF signatárias. Este documento pode evoluir a pedido de uma ou de todas as partes signatárias. Para este fim, o grupo de trabalho se reunirá para realizar a atualização necessária em conjunto.	V. Desarrollo de los trabajos Un grupo de trabajo técnico único, compuesto por uno o más miembros de cada ANS, se encargará de intercambiar y/o de trabajar sobre las modalidades de aplicación de los temas enumerados en el apartado anterior. Cada ANS tiene libertad para hacer que participe, en función de sus deseos y de los temas tratados, cualquier persona que considere necesaria. Cada ANS presidirá (en cuanto a la organización y a la bienvenida), por turnos, las reuniones del grupo de trabajo que serán programadas de mutuo acuerdo, cuyo resultado se gestionará del siguiente modo: • Las decisiones y los documentos que procedan de este grupo de trabajo deberán ser validados conforme a las modalidades que se recogen en el apartado VI. • Las decisiones y los documentos validados se integrarán en un documento único recapitulativo, que constituirá el documento de referencia común de las ANS firmantes. Este documento se podrá modificar, a petición de una o de ambas partes firmantes. A tal efecto, el grupo de trabajo se reunirá con vistas a llevar a cabo la actualización necesaria de manera conjunta.
V.1 Organização para partilha de informação relevante	V.1. Informaciones a intercambiar y calendario de los intercambios

O grupo de trabalho deve definir, de acordo com a EF comum em causa (será estabelecido um quadro de EF comuns na primeira reunião) e as circulações realizadas na rede, as informações a serem trocadas (tipo, formato, etc.) e as modalidades práticas de partilha (quando, como, etc.) contribuindo para a implementação correta e eficiente da partilha de informações.

Esta informação pode, em particular, ser estruturada a partir dos seguintes elementos:

- Plano (s) de supervisão;
- Ocorrências de segurança relevantes (acidentes, incidentes, precursores, etc.);
- Riscos identificados pelos relatórios de monitorização.

Cada parte manterá o histórico da informação transmitida à outra ANSF para garantir a rastreabilidade.

V.2 Tabela de correspondência de terminologia

A fim de permitir uma boa compreensão mútua e conhecimento dos vários métodos de monitorização, uma tabela de correspondência dos termos que designam os tipos de atividade de monitorização será estabelecida pelo grupo de trabalho. Esta tabela fornecerá uma descrição de cada tipo de monitorização em vigor pelas ANSF.

V.3. Classificação dos achados e harmonização das medidas a tomar em caso de incumprimento ou não conformidades

A definição dos níveis de qualificação dos achados aplicados pelas ANSF nas suas atividades de supervisão é específica de cada Estado-Membro. As partes trabalharão para o

El grupo de trabajo deberá definir, en función de cada EF común (en la primera reunión se establecerá una tabla de las EF comunes) y de las circulaciones realizadas en la red, las informaciones que deberán intercambiarse (el tipo, el formato, etc.), así como las modalidades prácticas de los intercambios (cuándo, cómo, etc.) que concurren para la realización correcta y eficaz del intercambio de informaciones.

Dichas informaciones podrán proceder principalmente de los elementos siguientes:

- plan(es) de supervisión;
- sucesos relacionados con la seguridad (accidentes, incidentes, precursores, etc.) pertinentes;
- riesgos identificados procedentes de los informes de vigilancia.

Cada parte conservará el historial de las informaciones comunicadas a la otra ANS para garantizar su trazabilidad.

V.2. Tabla de correspondencia de la terminología

Con vistas a permitir una buena comprensión mutua, y a conocer los diferentes métodos de supervisión, el grupo de trabajo establecerá una tabla de correspondencia de los términos que designen los tipos de actividades de supervisión. Esta tabla permitirá contar con una descripción de cada tipo de supervisión implementado por las ANS.

V.3. Clasificación de los hallazgos y armonización de las medidas que deben tomarse en caso de no conformidad

La definición de los niveles de calificación de los hallazgos aplicados por las ANS en sus actividades de supervisión es específica de cada Estado miembro. Las partes trabajarán para establecer una

estabelecimento de uma ferramenta de concordância para qualificar os achados e convergir, na medida do possível, para uma definição comum. No que diz respeito às regras europeias comuns, o grupo de trabalho debaterá uma série de questões comuns que lhes digam respeito, a fim de comparar visões e interpretações, bem como a harmonização das medidas a tomar em caso de incumprimento ou não conformidade por parte da EF comuns sobe supervisão. Por outro lado, enquanto não existe uma norma europeia comum, o grupo de trabalho irá identificar as questões técnicas no âmbito das regras nacionais aplicáveis, listando-as e comparando-as e elaborará, tanto quanto possível, uma tabela de correlação interpretativa das mesmas. V.4 Partilha de estratégias e planos de monitorização V.4.1 Partilha de estratégias As partes signatárias deste Acordo comprometem-se a partilhar suas estratégias de monitorização para informar-se mutuamente dos tópicos, atividades e prioridades de monitorização que cada ANSF escolheu para desenvolver seu programa de supervisão. Esta abordagem deverá permitir estabelecer pontos de interesse comum, coordenar as atividades de supervisão da melhor forma possível, e pôr em prática métodos ou técnicas comuns acordadas conjuntamente. As estratégias de monitorização das ANSF serão públicas. V.4.2 Planos de Supervisão O ciclo de implementação do plano de	herramienta de concordancia para la calificación de los hallazgos y para converger, dentro de lo posible, en una definición común. En lo que respecta a las reglas comunes europeas, el grupo de trabajo debatirá sobre cierto número de problemáticas comunes vinculadas entre sí, con objeto de comparar las visiones y las interpretaciones, así como sobre la armonización de las medidas que deben tomarse en caso de no conformidad. En cambio, cuando no exista una regla común europea, el grupo de trabajo identificará problemáticas técnicas, establecerá una lista de estas, las comparará, y establecerá tanto como sea posible una tabla de concordancia interpretativa de las reglas nacionales aplicables. V.4. Intercambio de las estrategias y de los planes de supervisión V.4.1 Intercambio de las estrategias Las partes firmantes del presente acuerdo se comprometen a compartir sus estrategias de supervisión con vistas a mantenerse mutuamente informadas sobre los temas de las actividades de supervisión y las prioridades que cada ANS ha elegido para elaborar su programa de supervisión. Este procedimiento deberá posibilitar que se establezcan puntos de interés común, coordinar de la mejor forma posible las actividades de supervisión e implementar métodos o técnicas comunes con respecto a las actividades que hayan decidido conjuntamente. Las estrategias de supervisión de las ANS serán publicadas. V.4.2 Planes de supervisión El ciclo de implementación del plan de
---	---

supervisão depende dos regulamentos nacionais e é, portanto, suscetível de diferir de um Estado-Membro para outro. As ANSF comprometem-se a partilhar os respetivos planos de supervisão para as EF comuns, a fim de implementar uma gestão coordenada das operações de monitorização destas.	supervisión depende de la reglamentación nacional y, por consiguiente, puede diferir entre un Estado miembro y otro. Las ANS se comprometen a compartir sus respectivos planes de supervisión sobre las EF comunes, con vistas a implementar una gestión coordinada de las operaciones de supervisión de éstas.
Os planos de supervisão (incluindo o calendário dos controlos e os tópicos) serão partilhados numa das reuniões previstas no capítulo VII do presente acordo, a fim de verificar se os temas de supervisão conjunta relativos às EF comuns são adequados e evitando, assim, tanto quanto possível, a programação de operações de supervisão simultâneas e / ou supérfluas á mesma entidade e, conseqüentemente, uma solicitação excessiva de recursos dedicados a atividades de segurança.	Los planes de supervisión (incluyendo sobre todo el calendario de los controles y los temas) se compartirán con ocasión de una de las reuniones previstas en el apartado VII del presente acuerdo, para verificar si resultan oportunos algunos temas conjuntos de supervisión con respecto a las EF comunes, evitando así, dentro de lo posible, la programación de operaciones de supervisión simultáneas y/o superfluas sobre una misma entidad, y de forma indirecta una duplicación de los recursos dedicados a las actividades de seguridad.
De acordo com o Capítulo I, estas disposições não impedem a implementação por parte de uma ANSF, no âmbito das suas próprias competências, de uma ação complementar de acompanhamento considerada necessária para uma EF comum a qualquer momento.	Conforme al apartado I, estas disposiciones no obstaculizan la implementación por una ANS, en el marco de sus competencias propias, ninguna acción de supervisión complementaria considerada necesaria para con una EF común, y todo ello en cualquier momento.
V.5 Definição de princípios e procedimentos comuns	V.5 Definición de los principios comunes y de los procedimientos comunes
Entende-se que de um Estado-membro para outro, abordagens diferentes, tanto no quadro aplicação do quadro de supervisão como nos processos de controle, podem levar a diferentes procedimentos formais na realização de atividades de supervisão.	Diferentes enfoques en cuanto al sistema aplicado o en cuanto al nivel de desarrollo, entre los Estados miembros, pueden llevar a procedimientos formalmente diferentes en la realización de las actividades de supervisión.
Como parte de um melhor entendimento das práticas de supervisão, o grupo de trabalho desenvolverá uma descrição comparativa dos diferentes	Con vistas a una mayor comprensión de las prácticas de supervisión, el grupo de trabajo redactará un documento descriptivo comparativo de los diferentes

procedimentos e práticas de gestão e controle. Para realizar as operações conjuntas de supervisão, o grupo de trabalho definirá o processo de implementação com especial atenção às etapas mais importantes: • Preparação das atividades conjuntas, • Plano de ação e gestão dos papéis e responsabilidades de cada ANSF • Relatórios e supervisão de incumprimentos e não conformidades. No caso da verificação de um risco comprovado, o grupo de trabalho definirá as condições e modalidades que permitem à primeira ANSF realizar as verificações necessárias juntamente com a outra ANSF com jurisdição territorial. V.6 Partilha de boas práticas Através deste acordo, as partes comprometem-se a partilhar boas práticas e disponibilizar as suas experiências de supervisão específicas à outra ANSF, de forma a aumentar a sua proatividade nas missões que lhes são atribuídas com o objetivo de melhorar o desempenho do nível de segurança do sistema ferroviário. Para uma aplicação bem-sucedida das atividades conjuntas de supervisão, as partes concordam em partilhar suas práticas através das diferentes formas de colaboração definidas abaixo: - Colaboração "passiva": durante uma operação de supervisão levada a cabo por um das ANSF signatários, um inspetor ligado à outra ANSF é convidado como observador para identificar e	procedimientos y prácticas de control. Para realizar las operaciones de supervisión en común, el grupo de trabajo definirá un procedimiento de ejecución prestando especial atención a las etapas más importantes: • preparación de las actividades conjuntas. • Plan de acción y gestión de los roles y responsabilidades de cada ANS. • Informe y seguimiento de los incumplimientos y no conformidades. En caso de existir un riesgo confirmado, el grupo de trabajo definirá las condiciones y las modalidades que le permitan a la primera ANS proceder, conjuntamente con la otra ANS competente a nivel territorial, a las verificaciones necesarias. V.6 Compartir las buenas prácticas Mediante el presente acuerdo, las partes se comprometen a intercambiar las buenas prácticas y a poner sus experiencias específicas de supervisión a disposición de la otra ANS, con vistas a incrementar la proactividad en las misiones que le competen para mejorar el desempeño respecto al nivel de seguridad del sistema ferroviario. Para la correcta realización de las actividades de supervisión en común, las partes acuerdan compartir sus prácticas a través de las diferentes formas de colaboración que se definen a continuación: - colaboración «pasiva»: durante una operación de supervisión realizada por una de las ANS firmantes, un auditor que depende de la otra ANS es invitado como observador para identificar
---	--

transportar as boas práticas quando apropriado, no âmbito do processo de supervisão da ANSF de que depende. A aplicação da colaboração passiva serve de base para a implementação da estrutura de uma colaboração "ativa"; - Colaboração "ativa": envolve a participação de um inspetor signatário da ANSF numa operação de vigilância realizada sob a responsabilidade da outra ANSF signatária, durante a qual aplica os procedimentos da ANSF territorialmente competente.	eventuales buenas prácticas y transponerlas, en su caso, en el proceso de supervisión de la ANS de la que depende. Se trata igualmente de utilizar esta colaboración pasiva para aplicar el marco de una colaboración activa; - colaboración «activa»: consiste en la participación de un auditor de una de las ANS firmantes de una operación de supervisión realizada bajo la responsabilidad de la otra ANS firmante, durante la cual éste aplica los procedimientos de la ANS competente a nivel territorial.
VI. Identificação do(s) interlocutor(es) de cada ANSF Cada ANSF identifica e designa dentro dela, com base em seus recursos internos disponíveis, pelo menos dois pontos de contacto: • Um interlocutor técnico de cada ANSF que participará do grupo de trabalho. Os objetivos e responsabilidades dos interlocutores técnicos das ANSF incluirão: ○ Ser o interlocutor técnico entre as ANSF; ○ Organizar, com os interlocutores técnicos da outra ANSF signatária, as modalidades de implementação dos resultados do grupo de trabalho. • Um responsável pela gestão e monitorização do Acordo. Este será também responsável por validar um determinado número de decisões técnicas do grupo de trabalho e, se for o caso, no que respeita a decisões estratégicas, e colocá-las à consideração da	VI. Identificación de los interlocutor(es) de cada ANS Cada ANS identificará y designará en su seno, en función de sus recursos internos disponibles, al menos a dos personas de contacto que serán: • un interlocutor técnico de cada ANS que participará en el grupo de trabajo definido en el apartado V. Los objetivos de los interlocutores técnicos de las ANS serán, entre otros: ○ ser el interlocutor técnico con respecto a la ANS solicitante; ○ organizar, con los interlocutores técnicos de la otra ANS firmante, las modalidades de implementación de los resultados del grupo de trabajo. • una persona responsable encargada de la gestión y del seguimiento del conjunto del presente acuerdo. Los responsables también se encargan de validar cierto número de decisiones de orden técnico procedentes del grupo de trabajo

administração sua ANSF. VII. Reuniões Como parte da supervisão deste acordo de cooperação, os correspondentes técnicos reunirão regularmente, pelo menos duas vezes por ano. Durante essas reuniões será realizada uma avaliação do cumprimento do acordo e em conjunto poderão realizar qualquer sugestão no sentido de uma boa execução do acordo. Em caso de necessidade expressa por pelo menos uma das ANSF signatárias, poderão ser organizadas reuniões específicas. VIII. Entrada em vigor, validade e modificações Este acordo entrará em vigor 20 dias após a assinatura de todas as partes interessadas. No entanto, as partes devem rever os termos e condições deste Acordo dois anos após a sua entrada em vigor, sendo a partir daí revisto em qualquer momento considerado necessário e conveniente por ambas as ANSF. Qualquer uma das partes pode, no entanto, a qualquer momento e com 30 (trinta) dias de antecedência, fazer anular o presente acordo. Esta anulação terá de ser notificada á outra ANSF por meio de carta registada com aviso de receção. IX: Informação das empresas ferroviárias	y, en su caso, en lo que a las decisiones estratégicas se refiere, presentarlas para que reciban la conformidad de la dirección de su ANS respectiva. VII. Reuniones En el marco del seguimiento del presente acuerdo de cooperación, los responsables se reunirán regularmente, y en principio al menos dos veces al año. Durante dichas reuniones se realizará una evaluación del cumplimiento del acuerdo y podrán realizar cualquier sugerencia tendente al buen desarrollo de la implementación del acuerdo. En caso de necesidad expresada por al menos una de las ANS firmantes, podrán organizarse reuniones específicas. VIII. Entrada en vigor, duración de validez y modificaciones El presente acuerdo entrará en vigor 20 días después de su firma por el conjunto de las partes implicadas. No obstante, las partes deberán revisar los términos de este acuerdo dos años después de su entrada en vigor, pudiendo a partir de ahí ser revisado en cualquier momento que se considere necesario y conveniente por ambas ANS. No obstante, cada parte podrá, en todo momento, previo preaviso de 30 (treinta) días, rescindir el presente acuerdo. Esta rescisión será notificada a la otra parte, por carta certificada con acuse de recibo. IX: Información de las empresas ferroviarias
--	---

A existência deste acordo será alvo de informação para conhecimento das empresas ferroviárias envolvidas no âmbito da supervisão conjunta. O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO INSTITUTO DA MOBILIDADE E TRANSPORTES, I.P. Dr. Eduardo Elísio Silva Peralta Feio	La firma de este acuerdo se pondrá en conocimiento de las EF concernidas en el ámbito de la supervisión conjunta. EL PRESIDENTE DE LA AGENCIA ESTATAL DE SEGURIDAD FERROVIARIA DEL REINO DE ESPAÑA D. Sergio Vázquez Torrón
---	--